

Desigualdade social e Trump



» MARCELLO AVERBUG
Consultor econômico e economista aposentado do BNDES

Desde a década de 1980, o perfil de distribuição de renda nos Estados Unidos vem sofrendo processo de concentração — visível mediante o distanciamento entre os padrões de vida das camadas sociais extremas.

De acordo com o World Inequality Database, em 1980 o 1% mais rico da população detinha 10,7% da renda nacional e os 50% mais pobres, 20,1%. Em 2022 o top 1% passou a deter 18,9% e os 50% menos favorecidos, 13,1%. No caso dos 10% mais ricos, durante o citado período, a participação no bolo total subiu de 34,2% para 45,6%. O único acontecimento favorável nessa esfera é a redução do índice de pobreza de 26% para 10% entre 1967 e 2023, mas essa cifra ainda é superior à verificada na Europa Ocidental.

Embora não impeça satisfatório desempenho da economia americana, a presente desigualdade provoca taxas de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) inferiores às que seriam obtidas se o cenário fosse menos concentrador. Isso porque as exportações totais representam apenas 7,7% do PIB e, portanto, o fator fundamental à prosperidade econômica do país é o mercado interno. Se houvesse incremento do poder aquisitivo das famílias menos agraciadas, o mercado seria ampliado.

Em outras palavras: crescimento econômico não garante melhor equidade, porém melhor equidade favorece o crescimento da economia. Por outro lado, o contraste social acentuado eleva entre as classes não privilegiadas a receptividade a políticos populistas, incompetentes e autoritários.

Dado esse panorama, o objetivo básico da sociedade americana deveria ser atenuar a concentração social de renda. Evidentemente, questões como inflação, desemprego e dívida pública requerem cuidado, mas o tema da equidade atua como pano de fundo do cenário nacional. Assim, torna-se oportuno observar a atitude do novo presidente, e do seu Partido Republicano, em relação a esse aspecto obscuro dos Estados Unidos.

Observando as decisões assumidas pelo ocupante da Casa Branca, com apoio do seu partido, percebe-se total indiferença ante a disparidade social e suas implicações sobre a economia.

Todas as medidas anunciadas resultam em impacto desfavorável às camadas de menor renda, tais como: a) cortes em programas federais de assistência social e médica; b) desmantelamento de regulações protetoras do consumidor; c) aumento de tarifas sobre importações, o que vai gerar salto inflacionário prejudicial sobretudo aos empregados de baixos salários; d) perda pelos governos estaduais de recursos ao provimento de cuidado médico aos pobres.

Por outro lado, vem sendo anunciada a intenção de diminuir impostos sobre os ricos e as grandes corporações.

Também é evidente a insensibilidade pelos que padecem de raquíticos meios de sustento

em vários cantos do planeta. Por exemplo: a retirada dos EUA da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a paralisação das atividades da Assistência Internacional ao Desenvolvimento (Usaid) e de outros mecanismos de ajuda humanitária internacional. Essa medida inviabiliza projetos essenciais de saúde pública, alimentação, saneamento etc. executados em países carentes da África, América Latina e de outros continentes.

Mesmo se for temporária, a interrupção na assistência humanitária custará vidas e causará irreparáveis danos a programas indispensáveis à sobrevivência de vasto número de seres humanos. Em certas partes dos países assistidos, os únicos prestadores de serviços dessa natureza são os financiados pelo Usaid.

Sob a ótica da política internacional, o presidente americano está abrindo espaços ao aumento de influência da China nos países não desenvolvidos. E a retomada desses espaços será difícil, pois tais países perderam confiança na estabilidade do apoio dos EUA e, ademais, a China possui maior flexibilidade institucional e financeira para executar seus programas no exterior.

São fartos os motivos de preocupação ante o absoluto desconhecimento do governante americano sobre as consequências econômicas e políticas da inequidade social reinante dos EUA e, também, da pobreza verificável em inúmeras partes do mundo. Esse desconhecimento representa um retrocesso em termos de interpretação dos interesses de uma sociedade moderna, além de conspirar contra o futuro dos Estados Unidos e do mundo.

Engajamento e titulação não garantem nota no Enade



» ALEXANDRE NICOLINI
Educador, doutor em administração e especialista em gestão acadêmica e avaliação da aprendizagem no ensino superior

Eu sempre ressalto que o fato de uma instituição de ensino superior ter estudantes engajados e professores titulados não garante nota máxima no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Currículos novos e metodologias de ensino modernas são inúteis se os professores não estiverem dispostos a mudar suas práticas pedagógicas e avaliá-las constantemente. A política de avaliação do ensino superior tem se tornado cada vez mais complexa, e isso representa um desafio para os gestores, especialmente os mais novos, que precisam lidar com uma regulação pública extensa e detalhada.

O Enade é um exame extremamente competitivo. Ele envolve cerca de 2.500 instituições de ensino superior (IES) participantes, mas apenas as 2% melhores conseguem atingir a nota máxima 5. Outras 16% aproximadamente terão conceito 4. Por isso, é essencial que os gestores das IES avaliem os indicadores de desempenho e compreendam a lógica competitiva do exame. É necessário realizar diagnósticos detalhados para entender como os estudantes podem melhorar seu desempenho e como a IES pode contribuir para a melhoria de qualidade na formação dos profissionais. Um dos pontos que devem ser considerados é a importância do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), que pode impactar significativamente os resultados no Enade.

Desde o início do atual governo, o Ministério da Educação (MEC) tem endurecido os critérios de avaliação. A nota do Enade passou a ser correlacionada com um padrão mínimo de desempenho, refletindo preocupação com a formação de profissionais capacitados para o mercado de trabalho. O exame tem priorizado situações-problema e casos de ensino, em detrimento de questões puramente conceituais. Além disso, o número de questões aumentou e a área de avaliação triplicou, o que exige ainda mais dos estudantes.

Ao longo dos últimos 10 anos, analisei o desempenho de cursos como administração, direito, psicologia, engenharias, saúde, licenciaturas e informática, e parece evidente que, apesar dos investimentos na estrutura das IES, a avaliação da aprendizagem não acompanhou essa evolução. As notas do Conceito Preliminar de Curso (CPC) estão sempre muito acima das notas do Enade e do IDD, o que indica que as instituições são mais eficientes na avaliação das condições de oferta do que na mensuração da aprendizagem dos alunos. Há um notório problema, que é a falta de formação adequada de professores e coordenadores em avaliação, e isso impacta diretamente os resultados.

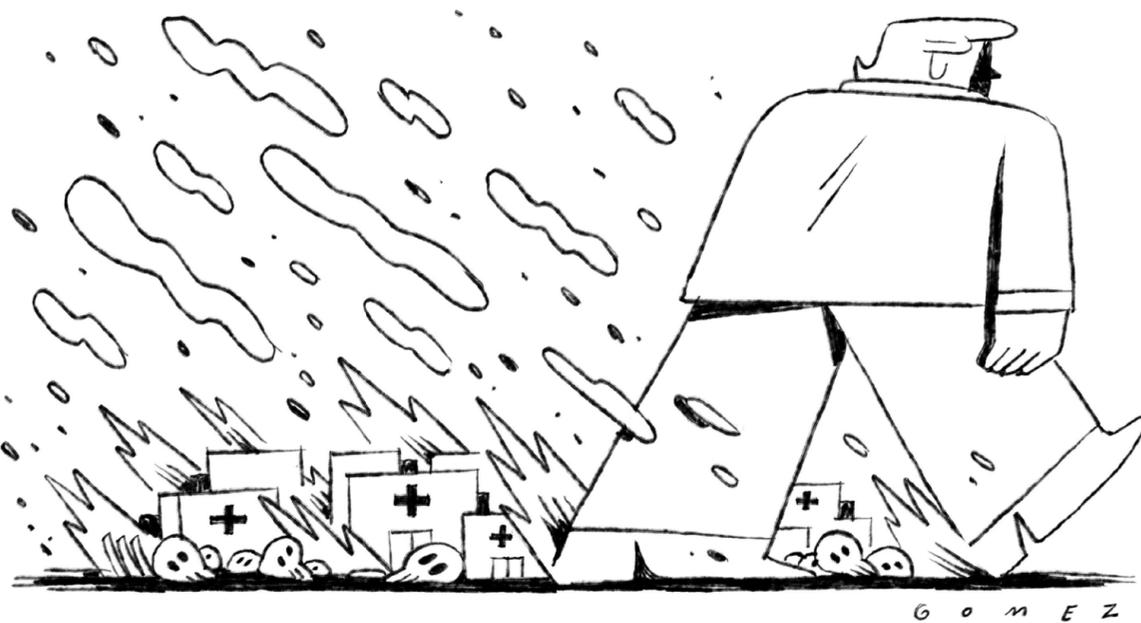
Acredito que o debate sobre a gestão acadêmica precisa avançar para a gestão da aprendizagem. Infelizmente, temos dado pouca atenção para a testagem das metodologias de ensino-aprendizagem em situações que preparam os alunos para o exercício profissional. A avaliação deve identificar o que precisa ser melhorado no ensino, para as IES saberem se as eventuais fragilidades nesse processo foram superadas.

Sabemos que no Enade todos os tipos de IES, modalidades e cursos têm obtido poucos bons conceitos, o que explica a baixa produtividade do trabalho e a limitada capacidade de inovação dos milhares de alunos que se formam anualmente no ensino superior do país. Segundo os dados de aprendizagem do Enade, praticamente em todas as carreiras o percentual de acertos em perguntas que testam os saberes científicos dos estudantes não chega a 40%, e não passa de 20% nas questões que simulam situações reais de trabalho.

Ampliar a eficiência na avaliação significa treinar supervisores para mensurar o desempenho de alunos e formandos, conectando teoria e prática, e promovendo uma aprendizagem mais significativa e impactante, que gere transformações reais na formação acadêmica. Precisamos investir na capacitação docente e na implementação de estratégias pedagógicas mais eficazes. Compreender melhor os indicadores do Enade e o impacto do IDD pode ser a chave para melhorar o desempenho institucional.

A busca pela excelência acadêmica vai muito além da infraestrutura e exige um compromisso efetivo com a formação de qualidade. O ensino superior precisa investir mais em metodologias de avaliação da formação dos futuros profissionais de forma consistente e objetiva, para prepará-los a responder com eficácia problemas complexos, especialmente aqueles que fazem parte das situações reais de trabalho trazidas pela revolução digital.

O desafio está lançado. Cabe a nós, gestores e orientadores acadêmicos, enfrentá-lo com estratégias sólidas e uma visão de futuro.



Brasil e Nepal: juntos pela justiça climática



» NIRMAL RAJ KAFLE
Embaixador do Nepal no Brasil

A COP30 será realizada pelo Brasil em novembro deste ano. Esse fórum se propõe a destacar o impacto alarmante do aquecimento global, ao mesmo tempo em que exige um nível elevado de compromisso e cooperação. O Nepal e o Brasil enfrentam desafios climáticos semelhantes, o que torna sua colaboração nessa agenda global oportuna e essencial.

Tanto o Nepal quanto o Brasil têm desempenhado papéis cruciais na ação climática global. Suas contribuições são evidentes na participação ativa nas negociações internacionais sobre o clima e nos compromissos de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e conter o desmatamento. O Nepal participa ativamente de fóruns climáticos internacionais. Metas como emissões líquidas zero de GEE até 2045 elevam o Nepal ao patamar dos poucos países com metas climáticas ambiciosas. Os vastos recursos naturais do Brasil contribuem para a absorção de carbono e protegem a biodiversidade. Os esforços do Brasil para combater o desmatamento e promover energia sustentável são vitais para a estabilidade climática global.

Ambos os países enfrentam efeitos desproporcionais da crise climática, como padrões climáticos erráticos, inundações e deslizamentos de terra. Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou

enchentes e tempestades severas. Todos os anos, o Nepal é atingido por diversos desastres induzidos pelo clima. Essas consequências ocorrem apesar de seus níveis insignificantes de emissões de GEE em relação às mudanças climáticas globais.

Tanto o Nepal quanto o Brasil ajudaram a salvar o planeta como sumidouros de carbono — seja por meio da vasta Floresta Amazônica ou do Himalaia coberto de neve. Eles assumiram compromissos sérios para salvar o planeta. Os dois países trabalharam juntos em fóruns multilaterais em várias agendas de sustentabilidade. Com base na parceria de longa data, o Nepal está comprometido com uma participação robusta na COP30.

O Sul Global continua enfrentando lacunas de recursos e capacidade para honrar seus compromissos. A agenda do financiamento climático é, portanto, a principal agenda para o Sul Global. Para atingir as metas climáticas, revertendo uma trajetória de aquecimento de 2,4°C a 2,7°C até 2100, devemos garantir justiça climática, sem deixar ninguém para trás.

A COP30 é uma oportunidade para engajamento em discussões mais amplas para a realização da justiça climática, fortalecendo os recursos financeiros. Embora progressos consideráveis tenham sido feitos para estabelecer o tão esperado Fundo de Perdas e Danos na COP29, devemos garantir que os países vulneráveis se beneficiem adequadamente dele. A COP30 deve acionar a operacionalização eficiente do Fundo. Tanto o Brasil quanto o Nepal tem defendido fortemente medidas de transferência de tecnologia e capacitação.

Nesse contexto, o Nepal está organizando o Sagarmatha Sambaad (Diálogo do Monte

Everest) com o tema *Mudanças Climáticas, Montanhas e o Futuro da Humanidade*, em maio de 2025. O fórum discutirá a crise climática como um dos desafios mais urgentes da humanidade. A agenda das montanhas receberá atenção especial nas discussões, já que são particularmente vulneráveis às mudanças climáticas.

A maioria dos países do Sul Global estabeleceu metas climáticas ambiciosas. No entanto, as restrições de recursos continuam a ser um desafio constante para grupos particularmente vulneráveis, como os países menos desenvolvidos (PMDs) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEIDs). Na COP30, espera-se que os Estados Partes apresentem Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs) ainda mais ambiciosas, alinhadas com o caminho de 1,5°C. O montante de US\$ 300 bilhões por ano até 2035 em financiamento climático, conforme acordado na COP29, é insuficiente para atendê-los.

Durante a Cúpula do Futuro, na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2024, líderes mundiais defenderam a justiça climática. O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ressaltou a necessidade de uma avaliação ética global, pedindo uma reflexão sobre a ação climática sob a perspectiva da justiça, equidade e solidariedade. Da mesma forma, o primeiro-ministro do Nepal declarou que há frustração pela injustiça climática diante de compromissos de financiamento climático não cumpridos. O financiamento climático deve permanecer como uma prioridade na agenda, considerando a crescente disparidade entre o tamanho dos problemas e os recursos disponíveis, no espírito da tão almejada justiça climática.